



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS**

**Processo nº** 13807.009737/00-73  
**Recurso nº** Especial do Procurador  
**Acórdão nº** 9303-003.038 – 3ª Turma  
**Sessão de** 5 de junho de 2014  
**Matéria** RESTITUIÇÃO - PIS.  
**Recorrente** FAZENDA NACIONAL  
**Interessado** LINHAS SETTA LTDA

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP**

PERÍODO DE APURAÇÃO: 30/09/1995 a 28/02/1996

PIS. SEMESTRALIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA CARF Nº. 15.

Súmula CARF nº 15: A base de cálculo do PIS, prevista no artigo 6º da Lei Complementar nº 7, de 1970, é o faturamento do sexto mês anterior, sem correção monetária.

LANÇAMENTO. NULIDADE.

Não há que se falar em nulidade do lançamento quando estiverem presentes todos os seus requisitos de validade.

Recurso Especial do Procurador Provedo.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, pelo voto de qualidade, em dar provimento ao recurso especial. Vencidos os Conselheiros Nanci Gama, Rodrigo Cardozo Miranda, Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva, Fabiola Cassiano Keramidas e Maria Teresa Martínez López, que negavam provimento.

(assinado digitalmente)

Luiz Eduardo de Oliveira Santos - Presidente Substituto

(assinado digitalmente)

Rodrigo da Costa Pôssas - Relator.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 28/07/2014 por CLEUZA TAKAFUJI, Assinado digitalmente em 06/08/2014 por RODRIGO DA COSTA POSSAS, Assinado digitalmente em 08/08/2014 por LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS  
Impresso em 29/08/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Participaram do presente julgamento os Conselheiros Júlio César Alves Ramos, Nanci Gama, Rodrigo da Costa Pôssas, Rodrigo Cardozo Miranda, Joel Miyazaki, Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva, Ricardo Paulo Rosa, Fabiola Cassiano Keramidas, Maria Teresa Martínez López e Luiz Eduardo de Oliveira Santos.

## Relatório

Trata-se de Recurso Especial interposto pela Fazenda Nacional contra o acórdão proferido pelo colegiado *a quo*, que deu provimento ao recurso voluntário interposto pelo contribuinte, para anular o lançamento efetuado, sob a alegação de vício material, por não ter sido observada a semestralidade no cálculo do PIS. Eis a ementa:

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP**

**PERÍODO DE APURAÇÃO: 30/09/1995 a 28/02/1996**

**PIS. SEMESTRALIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA CARF No. 15.**

*Devem ser respeitadas as decisões do Supremo Tribunal Federal e do Senado Federal que declararam a inconstitucionalidade dos Decretos-Lei Nos. 2.445 e 2.449, de 1988, bem como e por consequência lógica, reconheceram a manutenção da Lei Complementar Nº. 7/70 em sua plenitude, inclusive com aplicação da semestralidade para cômputo da base de cálculo do tributo.*

**NULIDADES POR VÍCIO MATERIAL.**

*As nulidades decorrentes de vícios materiais estão relacionadas com os "defeitos" intrínsecos ao ato administrativo de lançamento tributário, decorrentes da errônea aplicação da Regra Matriz de Incidência Tributária, no caso, especificamente relacionada a um dos critérios quantitativos da norma jurídica - a base de cálculo.*

*O artigo 142 do CTN traz em seu bojo o rol dos requisitos necessários para a validade do lançamento. Erro na indicação dos elementos que compõem a norma de incidência tributária maculam o lançamento por vício material, que deverá, assim, ser declarado nulo.*

*Recurso Voluntário Negado*

A PGFN interpôs Recurso Especial a esta CSRF alegando, em síntese, que se faça, no presente caso, o recálculo da contribuição nos termos da jurisprudência já consolidada pelo CARF (Súmula 15) e, subsidiariamente, ser for considerado nulo o lançamento, que seja por vício formal.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Rodrigo da Costa Pôssas, Relator

O recurso atende aos pressupostos de admissibilidade e deve ser admitido, em relação ao prazo prescricional para a repetição do indébito.

Discordo do voto vencedor do ilustre Conselheiro Luís Eduardo Garrossino Barbieri. Não há que se falar em vício material quando o lançamento regularmente efetuado tenha a sua base legal alterada por uma decisão judicial ou administrativa. Para se fazer o acerto do lançamento, basta que se ajuste os cálculos à legislação vigente à época do lançamento, nos termos da legislação vigente à época do julgamento do recurso. Esse *modus operandi* é pacífico neste Conselho, sendo as decisões divergentes esporádicas.

Assim, deve ser corrigido o lançamento e refeitos os cálculos – Aspecto quantitativo do fato gerador –, nos termos do enunciado da súmula CARF nº 15, transcrita abaixo.

*Súmula CARF nº 15: A base de cálculo do PIS, prevista no artigo 6º da Lei Complementar nº 7, de 1970, é o faturamento do sexto mês anterior, sem correção monetária.*

Assim, dou provimento ao Recurso Especial da PGFN, nos termos do voto acima. Fica prejudicada a análise do pedido subsidiário feito pelo procurador.

Rodrigo da Costa Pôssas